

RETROSPECTIVA

A GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA NO BRASIL

Carlota FERREIRA (Universidade Federal da Bahia)

*ABSTRACT: This retrospective paper will shed light on the state of affairs prevalent in linguistic geography in Brazil by drawing special attention to the five atlases that have already been published, namely: The Previous Atlas of Bahian Speeches, The Linguistic Atlas of Sergipe, The Sketch of the Atlas of Minas Gerais, The Linguistic Atlas of Paraíba, and The Linguistic Atlas of Parana. Reference will be made to the methodology employed in the research project which resulted in the preparation of these works, with some linguistic comments, drawn from a diatopical standpoint, being also added to the description.*

*Key-words: Dialectology, Linguistic Geography, Dialectological Research Methodology, Brazilian Linguistics Atlas, Geographic Dialects.*

*Palavras-chave: Dialectologia, Geografia Lingüística, Metodologia da Pesquisa Dialetoal, Atlas Lingüístico do Brasil, Dialeto Geográficos.*

0. Preliminares

O conhecimento da realidade do português falado no Brasil sempre esteve na preocupação dos nossos filólogos, de modo especial a partir da década de cinquenta. O método da geografia lingüística ganhara justo prestígio pela sua eficácia após a publicação dos atlas lingüísticos europeus. Através deles tinha-se um levantamento especialmente extenso *do que* se falava e *de onde* se falava, destacando-se o campo do léxico e da fonética. Era, portanto, o método ideal para o conhecimento de parte da realidade brasileira.

Três nomes e três datas apontam o interesse para que se venha a aplicar o método da geolingüística em nosso país:

- em 1952, o Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, pela Portaria que regulamentou o Decreto de sua criação (Portaria nº 536 de 26.05.52) determinou “como de finalidade principal a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil”;
- em 1957, no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em Lisboa, Serafim da Silva Neto e Celso Cunha concluem pela impraticabilidade de *um* atlas nacional, devido à amplitude territorial do país, mas defendem a elaboração dos atlas lingüísticos regionais, que consideram essenciais para o conhecimento do português do Brasil;
- em 1958, Antenor Nascentes, então membro da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa, publica as *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, mas entende a dificuldade de elaborá-lo e adota o princípio de que sejam feitos atlas por região.

Fixou-se, portanto, um interesse considerado indispensável, modificando-se apenas o procedimento -- atlas por regiões e não nacional --, a fim de torná-lo exequível. O desafio estava lançado e houve, então, quem o aceitasse.

#### 1. O *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*

De 1960 a 1963 fez-se e publicou-se o primeiro atlas lingüístico no Brasil, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*. A idéia de realizá-lo brotou na mente de um carioca afoito, recém-chegado à então Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, no final da década de cinquenta. A ele agregaram-se jovens estudantes e, juntos, desde 1955, começaram a fazer sondagens preliminares da fala rural do interior do Estado da Bahia.

Foram mudando os estudantes, nos anos sucessivos, mas perseverou a ousadia de NELSON ROSSI, transmitida aos que foram chegando. Há mais de trinta anos atrás, tudo era muito diferente, inclusive social e familiarmente. Excluindo o autor principal do atlas, as colaboradoras eram todas do sexo feminino, recém-formadas, vivendo em um contexto urbano que não considerava normal viajar pelo interior,

para realizar trabalho de pesquisa, inclusive por lugares de difícil acesso. Ninguém viajou de bicicleta pelo Estado da Bahia, como fez Edmond Edmont, único inquiridor do *Atlas Linguistique de la France (ALF)*, mas não faltaram as experiências de viajar a pé, de carro de boi, jipe, barco, canoa, e, na melhor das hipóteses, avião, desses que aterrissam na areia da praia, em maré de vazante, pois melhor pista não havia. Foi difícil, mas foi um belo começo. Juventude, ousadia, gosto pela descoberta e respeito pelos brasileiros do interior, paupérrimos na sua totalidade, os nossos informantes rurais que nunca chegaram a ter a dimensão do quanto nos ensinaram e continuam, sem limites geográficos, a ensinar.

Pelo que esse começo significou de contraponto às preocupações de NASCENTES (1958), cabe lembrar as suas palavras em comentário ao curso ministrado por Sever Pop, em 1954, na Faculdade de Letras do Rio de Janeiro, quando buscava a instrumentação científica básica para lançar sementes da geografia lingüística no Brasil:

“Houve grande desinteresse por parte do elemento masculino. Só dois estudantes da Faculdade de Filosofia compareceram, sendo o resto do auditório constituído por senhoras e senhoritas. Ora, para a tarefa de colheita de material, as *mulheres são menos adequadas* (destaque nosso) do que os homens, porque num país como o nosso teriam dificuldades de locomoção e de alojamento que elas muitas vezes não poderiam vencer”. (p.7)

As nordestinas da Bahia, Sergipe e Paraíba mostraram que, já naquele então, NASCENTES havia se equivocado.

Quando se fala em um atlas lingüístico e no seu processo de execução, logo se cogita: que *localidades* foram selecionadas e por quais critérios? Que tipo de *questionário* se usou? *Como* foi aplicado? Que *informantes* foram ouvidos? Como foram *organizados os materiais*?

As 50 *localidades* escolhidas para o APFB foram distribuídas por todo o Estado da Bahia e procuraram atender aos pressupostos teóricos da escolha de uma boa localidade: antigüidade, vida própria, relativo isolamento, população numericamente representativa. A seleção foi precedida da leitura de ampla bibliografia, desde obras dos primeiros

viajantes até trabalhos então modernos, que forneceram aos seus autores dados histórico-geográficos e sócio-econômicos. Adiante-se que as 15 localidades escolhidas para o *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)* obedeceram a critérios semelhantes. Procurou-se, em ambos os casos, ser fiel às sugestões de Antenor NASCENTES nas *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, começando por estudar as localidades, tanto na Bahia como em Sergipe, por ele propostas. Dos 39 pontos por ele indicados para a Bahia, 13 coincidem com os do *APFB*, e dos 16 propostos para Sergipe, há uma coincidência de 08.

O *questionário lingüístico* usado nas localidades da Bahia é de pouca extensão e tem por volta de 200 perguntas selecionadas a partir de material recolhido anteriormente em 04 localidades, onde foi aplicado um questionário de mais de 3000 perguntas. Essas 200 perguntas que compuseram o Extrato de Questionário do *APFB* teriam sido bem selecionadas? As mais adequadas para a área? Difícil responder. O que selecionar para perguntar constitui sempre uma dificuldade para todos os dialectólogos. Agrupadas segundo sua proximidade semântica, as perguntas foram aplicadas em campo mediante o método da formulação indireta.

Introduziu-se, todavia, uma metodologia não usual em trabalhos dessa natureza. Após a aplicação integral do questionário, não ouvidas certas respostas e já familiarizados, como estavam todos os inquiridores, com expressões regionais obtidas em outras áreas, perguntou-se diretamente ao informante se ele conhecia a expressão em questão. Fosse qual fosse a resposta, positiva ou negativa, esse dado foi controlado e a resposta dada através do teste de identificação direta foi cartografada ou não, a depender da caracterização fornecida pelos informantes. Comportamento semelhante também se adotou em Sergipe, porém em menores proporções.

Nos inquéritos para o *APFB* as respostas eram anotadas imediatamente, após ouvidas do informante, em transcrição fonética, usando-se assim o método direto, o que não se repetiu no *ALS*, cujos inquéritos foram gravados. Este critério não só amplia o material recolhido como também oferece maior grau de pormenorização na transcrição fonética.

Os *informantes*, para ambos os Atlas, são dos dois sexos, sendo que em Sergipe, em cada ponto, rigorosamente ouviu-se uma mulher e

um homem. Para a Bahia foi um pouco diferente. Ao primeiro ponto inquirido (o ponto teste nº 05) compareceram todos os inquiridores que trabalharam com 05 informantes, aos pares. Dois pontos tiveram 03 informantes, 41 pontos, 02 informantes e 09, apenas 01 informante. Logo, ao todo, ouviram-se 99 informantes.

Os *inquiridores* do APFB, além do seu coordenador NELSON ROSSI, foram 08 licenciadas recém-formadas e que, ainda como estudantes, tiveram ampla formação, não apenas teórica mas também prática, sobre a Dialectologia e o método da geolingüística. Participaram de todas as fases preparatórias ao trabalho de campo, incluindo um intenso treinamento de transcrição fonética. São elas não apenas inquiridoras mas colaboradoras do APFB, uma vez que participaram também, em grau distinto, das etapas posteriores de análise dos dados e elaboração cartográfica: DINAH MARIA ISENSEE, CARLOTA FERREIRA, JUDITH FREITAS, JOSEFINA BARLETTA, TÂNIA PEDROSA (posteriormente professoras da Universidade Federal da Bahia e, a primeira, hoje professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro), ANA MARIA GARCIA, EDELWEIS NUNES e CYVA LEITE (esta última trocou o gosto da língua falada pela língua cantada, integrante que é, desde o começo, do Quarteto em Cy).

A fase de análise dos dados mostrou que fazer uma carta não é mero trabalho de transposição das respostas fornecidas para um cartograma. Longe disso. É selecionar as respostas coerentes com as perguntas, o que muitas vezes levou à ampla discussão, inclusive porque não são raros os mal-entendidos entre informante e inquiridor, principalmente a depender do tipo de conteúdo das perguntas, como conceitos mais abstratos, ações verbais, etc. Tanto na Bahia como em Sergipe tentou-se ao máximo evitar transmitir informação falseada; quando dúvidas persistiam, foram registradas em notas às cartas.

A presença de *notas* que acompanham quase todas as cartas foi uma inovação do APFB, repetida no ALS, onde são mais numerosas e extensas, sendo este um dos resultados positivos e consequência dos inquéritos gravados. Essas notas contêm ou o discurso dos autores ou o discurso dos informantes, sendo, sem dúvida, as mais importantes, pois ampliam os dados lingüísticos não apenas no nível do léxico ou da fonética mas também da morfossintaxe, e transmitem melhor o ambiente

cultural em que vive o informante, a sua visão das coisas e até a da própria língua.

A transcrição, a seguir, de notas dos dois atlas dirá melhor do que qualquer tipo de comentário sobre a validade do procedimento.

1. Nota que exemplifica o discurso dos autores:

“As perguntas foram inicialmente orientadas no sentido de apurar a ocorrência de nomes distintos para: 1. **onda de mar** (perg.29); 2. **onda de rio** (perg.34); 3. **conjunto de ondas baixas e seguidas no mar** (perg.29); 4. **conjunto de ondas baixas e seguidas no rio** (perg.35), hipóteses sugeridas pelos inquéritos preliminares. A exegese dos materiais recolhidos, como se pode depreender das notas, sugere uma conclusão negativa quanto àquela preliminar, o que parece natural ante a proporção entre semas convergentes em todos os casos e semas divergentes para cada caso. Embora, é claro, o contrário não fosse impossível, só que para uma área sócio-cultural com outras características. Em contrapartida, levantou-se uma ampla sinonímia, de gradação expressiva ou intensiva difícil de estabelecer por ora, que à primeira vista pode surpreender ao leitor menos familiarizado com a realidade lingüística de Sergipe, mas coincide com a experiência direta dos inquiridores e explica-se pela situação geográfica muito peculiar da área. Com efeito, a alternância *mar* ~ *onda*, por exemplo, nos informantes masculinos dos pontos 55 e 62, soa muito natural quando se sabe que com muita freqüência o que nas áreas urbanas designamos por *mar* lá se designa por *oceano*.” (ALS, Carta 17, **Onda**).

2. Notas que exemplificam o discurso dos informantes:

a) Com destaque para a idéia de gradação/intensidade

“o que se chama *mareta* é as água quando está fraca, é aquelas *mareta*, e quando está forte é o *mar*. O *mar* é aqueles mais grosso, aquelas mais alta, aquelas *onda* mais alta que a gente dá o nome de *mar*”, “... aqui [no rio] dá cada um *mar* medonho [=grande] também” (ALS, Carta 17, ponto 62, **Onda**, inf.B).

b) Com exemplificação de visões da sua própria língua:

Diatópica: o próprio informante responde *bolinete* e *comedor* e comenta que em Goiás se diz *sevador* e em Pernambuco *caitetu* (APFB, Carta 35/35R, **Peça do aparelho de ralar mandioca**, ponto 49).

Diacrônica: “*moveu* é palavra do tempo do ‘jebe-jebe’ (=antigo), agora mudou, não tem esse nome mais, não, é aborto” (ALS, Carta 95, **Aborto**, ponto 59, inf.B).

Diastrática (?): “chamava antes *luneta* mas agora que ficou mais sabida chama *óculos*” (APFB, Carta 65/65R, **Óculos**, ponto 8, inf.A).

O APFB contém 198 cartas lingüísticas, sendo que 44 são sínteses de outras, identificadas como cartas-resumo, precedidas de 30 páginas que dão conta da história das localidades, informantes, transcrição fonética, etc. e mais 11 cartas introdutórias, algumas delas representando, em distribuição cartográfica, o que está linearmente nas páginas anteriores.

## 2. O *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*

“A Bahia que nos deu régua e compasso” traçou Sergipe e por isso alguns passos à frente foram dados. Mas, primeiramente, põe-se a pergunta:

POR QUE SERGIPE? Pela sua continuidade geográfica, por maior facilidade de acesso, por estar o Estado sergipano incluído na área do “falar baiano” segundo a divisão dialetal do Brasil proposta por NASCENTES (1953), a qual abrange os Estados da Bahia e de Sergipe, integralmente, e parte dos Estados de Goiás e Minas Gerais.

São autores do ALS: CARLOTA FERREIRA, JACYRA MOTA, JUDITH FREITAS, NADJA ANDRADE, SUZANA CARDOSO, VERA ROLLEMBERG e NELSON ROSSI.

Três passos à frente, além dos já citados, foram dados em relação à metodologia adotada para o Atlas de Sergipe, se confrontada com a da Bahia:

1. Aplicação de *inquéritos preliminares* nas 15 localidades escolhidas (inquéritos gravados), testando-se assim, previamente, os próprios pontos (que foram confirmados) e o questionário. Os inquéritos preliminares foram realizados por estudantes que concluíam seus cursos em 1963 e 1964, com o acompanhamento dos professores.
2. Maior amplitude do questionário definitivo em relação ao aplicado na Bahia: com cerca de 700 perguntas, nele estão incluídas as que compõem o Extrato de Questionário da Bahia, acrescidas de outras tantas que os inquéritos preliminares em Sergipe sugeriram.
3. Formulação por escrito, no próprio questionário, da maneira de perguntar-se sobre o item, com o objetivo -- alcançado -- de garantir maior homogeneidade nos inquéritos.

Os inquéritos definitivos foram realizados em 1966/1967. Diante de material relativamente amplo -- 150 h de gravação --, decidiu-se examinar primeiro a parte correspondente às cartas do *APFB*, a fim de estender a área, com possibilidade de intercomparação dos dados. Resultaram 171 cartas lingüísticas, sendo 12 duplas, pois conjugam aos dados recolhidos em Sergipe os da Bahia que não foram anteriormente cartografados no *APFB*. Os originais desse volume ficaram prontos desde 1973, porém o *ALS* só foi publicado 14 anos depois, em 1987, quando duas forças se uniram para financiá-lo, a Universidade Federal da Bahia, sob nova direção, e a Fundação Estadual de Cultura de Sergipe.

Uma visão diatópica das cartas lingüísticas, sucintamente posta aqui nessa retrospectiva, mostra que:

- a) Existem muitas lexias, às quais se podem atribuir marcas de rural e/ou popular, que se distribuem total ou parcialmente em ambos os Estados da Bahia e de Sergipe, garantindo a unidade de "falar baiano" apontada por NASCENTES, como já foi dito anteriormente, exemplificadas, entre outras, por:

*velide* para "catarata dos olhos" (*APFB* 94, *ALS* 101)

*presa* para "dente canino" (*APFB* 54, *ALS* 55)

*mocha* para "sem chifre" (*APFB* 132, *ALS* 133).

- b) Contrastivamente, há lexias que são amplamente documentadas na Bahia e que têm ocorrência nula ou esporádica em Sergipe, como, por exemplo:

*cantareira* para “clavícula” (APFB 57)  
*sapatina* para “sapato de mulher” (APFB 31)  
*zelação* para “estrela cadente” (APFB 2, ALS 2).

- c) Em contrapartida, há lexias que são documentadas em todo ou quase todo Sergipe e que ocorrem apenas nas áreas confinantes da Bahia:

*osso da fome* para “clavícula” (ALS 59, APFB 57)  
*solta* para “tipo de pastagem” (ALS 139, APFB 144)  
*guiné* para “galinha d’angola” (ALS 116, APFB 114),  
entre muitas outras formas.

O confronto da distribuição geográfica das lexias apontada nos itens b) e c) evidencia isoglossas de menor amplitude que podem indicar a existência de subfalares dentro do “falar baiano”, em contraste com a grande soma de isoglossas de maior amplitude que atinge a totalidade dos Estados da Bahia e de Sergipe.

Dentro do próprio Estado da Bahia, delineiam-se isoglossas de menor amplitude que, se confrontadas algumas delas entre si, indicam a existência de cinco subáreas, assim distribuídas (cf. mapas em anexo):

- a) Parte da zona de Barreiras, Baixo Médio São Francisco e Sertão de São Francisco:

*canastra* para “cambalhota” (APFB 109/109R)  
*rodela* para “rótula do joelho” (APFB 62/62R)  
*nambu/lambu* para “sem rabo” (APFB 113/113R);

- b) Zona do Nordeste, atingindo até o sul, com certa penetração para o centro:

*lambedor* para “xarope caseiro” (APFB 96)  
*cacumbu* para “ferramenta muito gasta” (APFB 154)  
*librina* para “nevoeiro” (APFB 12/12R);

c) Zona do Nordeste, Litoral Norte e Recôncavo:

*pataqueiro* para “trabalhador de enxada” (APFB 23/23R)

*cobé* para “feiticeiro” (APFB 99/99R)

*mazá* para “sanguessuga” (APFB 128/128R);

d) Região Sul:

*mandraqueiro* para “feiticeiro” (APFB 99/99R)

*batoeira* para “sabugo de milho” (APFB 28/28R)

*noruega* para “nevoeiro” (APFB 12/12R);

e) Zona do Médio São Francisco, Serra Geral e Chapada Diamantina:

*coxé* para “pessoa que tem uma perna mais curta do que a outra” (APFB 79/79R)

*pataca* para “rótula do joelho” (APFB 62/62R)

*quém-quém* para “galinha-d’angola” (APFB 114).

Por outro lado, atingindo um grau máximo de diversidade lexical, registram-se várias formas de expressão para um mesmo conteúdo, sem que se observe qualquer distribuição de área. Pode ser tomada como exemplo a Carta 32: **Parte terminal da inflorescência da bananeira**. Apesar da maior concentração das lexias *buzo/buzina* no Nordeste e *bagunço* no Recôncavo, as demais expressões, que ultrapassam o número de dez, como *bombo*, *coração*, *pendão*, *umbigo*, *engaço*, *pevide*, etc., têm ocorrências em áreas descontínuas, no máximo conjugando duas ou três coincidências. Muitos outros exemplos poderiam ser acrescentados.

### 3. O *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*

O *EALMG*, publicado em 1977 e que tem como autores José RIBEIRO, Mário ZÁGARI, José PASSINI e Antônio GAIO, professores da Universidade Federal de Juiz de Fora, está previsto para quatro volumes, todavia até o momento só foi publicado o Vol. I; o Vol. II está sendo aguardado pelos interessados na geografia lingüística, pois, segundo informação, encontra-se inteiramente pronto.

Foi também um ato heróico o praticado pelos colegas mineiros durante os seis anos que percorreram os milhares de quilômetros para cobrir uma rede de 116 pontos, como bem dizem os seus autores:

“No começo foi duro. O número de aulas não pôde ser reduzido e as despesas eram grandes. Condução, hotel, refeições, tudo corria por nossa conta: o carro era nosso, nossa a fita, nosso o gravador. Só pouco a pouco, pois parques eram os recursos da Universidade, fomos recebendo, ainda que de forma insuficiente, o material para a coleta de campo”.  
(*EALMG*, p.20)

Os que fazem (ou fizeram) a geolinguística têm sempre a dimensão de o quanto é relativa a sua contribuição para o conhecimento da realidade oral do português do Brasil, tanto assim que não foi pudor ou modéstia que levaram seus autores a adjetivar o Atlas da Bahia de *Prévio* e o de nominalizar o de Minas Gerais como *Esboço* de um Atlas. O que se ouve e se aprende no trabalho de campo é sempre muito mais do que as cartas dizem.

No primeiro volume de *EALMG*, os autores descrevem, com detalhes, a metodologia adotada e fornecem dados sobre 50 localidades inquiridas e sobre os informantes desses mesmos pontos.

O *questionário lingüístico* foi baseado, no seu início, na proposta de NASCENTES, *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* e SILVA NETO, *Guia para estudos dialectológicos* e nas cartas do *APFB*. Composto no seu final de 415 perguntas, é conseqüência de um metuculoso estudo que durou dois anos, depois que os seus autores o puseram à prova várias vezes na Zona da Mata mineira:

“A experiência levou-nos a refazê-lo, adaptá-lo às características locais e a provocar um corte substancial em sua estrutura: o inquérito demorado tornava o informante desinteressado, desatento e dispersivo.” (*ib.*, p.25).

A versão definitiva não foi aplicada na sua totalidade em toda a extensão de Minas:

“... nas zonas exclusivas de cultura de milho, não se indagava sobre o plantio e a colheita do fumo. Evitou-se, desta maneira, assunto que escapasse à vivência do entrevistado.” (*ib.*, p.26).

A pesquisa direta, que resultou no *EALMG*, foi feita em 116 municípios do Estado de Minas e nessa rede de pontos figuram: grandes centros onde existem universidades, os centros médios com escolas de até o segundo grau, os pequenos centros e os vilarejos onde apenas se encontram escolas rurais. Todavia, apesar da diversidade sociocultural das localidades, os *informantes*, entre 30 e 50 anos, pertenciam a um estrato social similar. São iletrados, analfabetos ou pouco escolarizados.

A seleção dos 116 pontos obedeceu a critérios distintos e distinta foi também a pesquisa em três blocos de localidades. O critério de seleção dos 50 primeiros pontos foi basicamente histórico, conjugado a uma distribuição espacial e à densidade demográfica. Nessas localidades aplicou-se, com as já referidas adequações, o questionário de 415 perguntas.

Após a elaboração das cartas lingüísticas a partir dos dados dos 50 pontos, ampliou-se a rede para mais 51 localidades, com objetivo lingüístico definido, sem que entrasse em jogo qualquer critério histórico ou demográfico:

“... levantamos as hipóteses fonéticas e lexicológicas e, baseados nesse estudo, iniciamos a segunda fase (...) O critério foi, pura e essencialmente, lingüístico, ao rastreio de determinados fatos fonéticos ou acompanhando o uso desse ou daquele vocábulo.” (*ib.*, p.29).

Os últimos 15 pontos foram inquiridos com a finalidade de se dirimirem dúvidas que surgiram.

A pesquisa indireta, por correspondência, que se seguiu à direta, já havia alcançado 302 localidades quando o Vol. I do *EALMG* foi publicado. Pretendeu também, no domínio do léxico, comprovar a validade de isoléxicas traçadas a partir de dados colhidos na pesquisa direta. Muitas vezes, por inspiração dos inqueritos por correspondência, os inquiridores voltaram às localidades a fim de confirmar a autenticidade das cartas recebidas.

O Vol. I do *EALMG* apresenta a variação lexical mineira em duas áreas semânticas: *Terra* (vinte e seis cartas) e *Folgedos infantis de rua* (dezenove cartas); acrescentam-se a estas mais três cartas que apontam a distribuição diatópica de três segmentos fônicos, ou seja, as vogais médias abertas [ɛ, ɔ] (carta 46), a vibrante retroflexa [r←] (carta 47) e a africada [tʃ] (carta 48), e vinte e cinco isoléxicas referentes aos dois campos semânticos tratados.

A divisão dialetal do Brasil, proposta por NASCENTES (1953), como já foi dito anteriormente, cita o “falar baiano”, abrangendo Bahia, Sergipe, Minas Gerais (norte, nordeste, noroeste). Suzana CARDOSO (1986) endossa a proximidade lingüística entre esses Estados, demonstrando que NASCENTES tinha razão já em 1953. Analisa a carta 46 do *EALMG* que mostra a isófona do [ɛ, ɔ] exatamente no norte, nordeste e noroeste de Minas e confronta com formas registradas em vinte e quatro cartas do *APFB* onde se verifica o maior índice de frequência das vogais médias abertas.

A mesma autora, em trabalho posterior (1993), examina determinado tipo de africada palatal surda [tʃ], no *EALMG*, *APFB* e *ALS* em contexto a ser ilustrado por exemplos do tipo:

[,peitʃu], [,otʃu], [koi,tʃɛ].

Em todos esses casos, o padrão ideal da língua tem uma vogal anterior alta seguida da oclusiva dental surda.

A carta 48 do *EALMG* traça a história do [tʃ] no mesmo contexto em que ocorreu na Bahia e em Sergipe. Em Minas, a africada surda é documentada apenas no extremo norte, em área contígua ao sul da Bahia, mas na parte restante do Estado mineiro não se registra a africada. Na Bahia, o [tʃ] se distribui pela zona litorânea alcançando até o nordeste do Estado. Em Sergipe, os dados revelam a continuidade de ocorrência na faixa litorânea, entrando pelo norte, seguindo a margem do São Francisco que serve de limite entre o Estado e Alagoas.

Pode-se também observar, como o fez Suzana CARDOSO, que esta africada palatal surda não foi documentada no *Atlas Lingüístico da Paraíba*, o terceiro atlas publicado e ao qual passaremos.

#### 4. O *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPA)*

O *ALPA*, de autoria de Maria do Socorro ARAGÃO e Cleuza P. Bezerra de MENEZES está concebido em três volumes, tendo sido editados os dois primeiros.

O primeiro volume contém a metodologia utilizada para a elaboração da obra, o conjunto de cartas lexicais e fonéticas relativas ao “questionário geral”, num total de 149 *cartas* que recobrem as áreas semânticas: terra, homem, família, habitação, utensílios domésticos, animais, plantação e atividades sociais.

O segundo volume repete a informação sobre a metodologia e acrescenta os dados sobre localidades e informantes, faz uma descrição dos segmentos fônicos registrados e de estruturas morfossintáticas. No final do segundo volume ainda se encontra um glossário de lexias e expressões cartografadas. O terceiro volume anunciado conterà as cartas lexicais e fonéticas do “questionário específico”.

O *questionário* é o resultado de três versões testadas em seis municípios com doze informantes diferentes e sofreu várias reformulações a partir desses inquéritos preliminares. Foi dividido em duas partes: uma “geral”, com 289 perguntas que recobriu as áreas semânticas enumeradas anteriormente, e uma parte “específica”, com 588 perguntas, que diz respeito aos cinco produtos agrícolas principais da Paraíba: mandioca, cana-de-açúcar, agave, algodão e abacaxi.

As entrevistas foram feitas em 25 *municípios* identificados como “base” e mais três “satélites” para cada “base”, num total de 100 localidades, todavia apenas as respostas ouvidas nas 25 localidades “bases” foram cartografadas, as demais serviram de “controle e consolidação dos dados”.

Em cada município foram entrevistados um mínimo de três *informantes* e um máximo de dez, naturais da localidade, entre 30 e 75 anos, com nível de instrução variável entre analfabeto e com primário completo.

As respostas que constam das cartas lexicais têm critérios distintos. Na maioria dos casos registram-se, como aconteceu sempre no *APFB*, *ALS*, *EALMG* e nos demais atlas, expressões distintas para

um mesmo conteúdo; por exemplo, para **Arco-íris** (Carta 030) tem-se as respostas *arco-íris*, *arco-celeste*, *arco-da-velha*, *olho-de-boi*, etc.; em outras cartas, porém, anotaram-se fraseologias que foram ditas à volta de certos conceitos: para **Carregado** (carta 014), já dado como sinônimo de nublado, relativo a tempo: *tá que é um saco de castanha* (ponto 3); para **Eclipse** (carta 034) cartografou-se *briga do sol com a lua* (ponto 4); para **Estrela cadente** (carta 038), *estrela se mudando* (pontos 2, 5, 19), *Deus te abrande* (ponto 2); para **Dar à luz** (carta 096), *sofrer para ter menino* (ponto 21).

Observa-se também entre as formas cartografadas numerosas ocorrências de respostas únicas, o que faz supor que são expressões idioletais, ocasionais, às vezes até resultantes de mal-entendimento da pergunta: para **Arco-íris** (carta 030), *subdourada* (ponto 4) (?); para **Estrela cadente** (carta 038), *mercúrio* (ponto 17); para **Cérebro** (carta 044), *mica*, *micróbio da cabeça* (ponto 1); para **Velório** (carta 142), *dando sentido* (ponto 5), etc.

Várias das cartas do *ALPA* coincidem com muitas das do *APFB*, *ALS* e raras do *EALMG*, o que favoreceu confrontos que resultaram em trabalhos sobre a distribuição diatópica de lexias e traços fonéticos do português rural do Brasil.

Quanto à seleção do material para cartografia, as autoras justificaram o seu critério: levaram em conta a “representatividade do vocábulo para o falar regional, a riqueza da variação léxica e fonética e a possibilidade de comparação com outros Atlas Lingüísticos do Brasil”.

##### 5. O Atlas Lingüístico do Paraná (*ALPR*)

O *ALPR* de Vanderci de Andrade AGUILERA está em processo de publicação e, como já é conhecido por muitos, foi possível acrescentá-lo aos outros quatro atlas presentes nessa retrospectiva. Foi tese de doutoramento da autora, apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista-Assis, SP, em 1990, elaborada sob a orientação do Prof. Rafael Eugênio HOYOS ANDRADE. O primeiro grande passo dado por AGUILERA na direção da geolingüística foi a sua dissertação de mestrado que se concretizou nos “Aspectos lingüísticos da fala londrinense: esboço de um atlas lingüístico de Londrina” (1987), feita sob a mesma orientação.

O *ALPR* tem dois volumes e, excluindo-se os textos próprios de uma tese, assim está estruturado o seu conteúdo:

- Vol. I - metodologia de toda a pesquisa, tanto da fase de preparação, visando à coleta dos dados, quanto da etapa posterior de análise e cartografia; descrição dos 65 pontos inquiridos; caracterização dos informantes por localidade; apresentação dos tipos de cartas; glossário de formas cartografadas e registradas nas notas às cartas.
- Vol. II - conjunto das cartas lingüísticas e respectivas notas. Somam-se, nesse volume, 191 cartas, sendo 92 lexicais, 70 fonéticas e 29 de isoglossas.

As 65 *localidades* pesquisadas distribuem-se em todo o Estado do Paraná e a todas AGUILERA compareceu e inquiriu, sozinha ou acompanhada de outros entrevistadores, numa clara demonstração de que todo dialectólogo tem mesmo muito de herói. Quem trabalha com o método da geolingüística pode bem avaliar o esforço despendido nessa, mais do que tarefa, verdadeira façanha. Não se pode esquecer que o Paraná tem 199.554 km<sup>2</sup>. A autora refere-se a “oitenta e sete viagens, percorrendo cerca de 50.000 km para concluir todas as entrevistas, inquirindo dois informantes em cada localidade, sendo um do sexo masculino e outro do feminino”.

Os *informantes* foram escolhidos segundo a tradição da geolingüística, são analfabetos ou semi-analfabetizados, tendo a idade variado de 30 a 60 anos. Todavia assim se expressa a autora tendo em vista a peculiaridade da área:

“Seria muita pretensão ou ingenuidade esperar que no Paraná -- devido à história da colonização, às sucessivas correntes migratórias e imigratórias, às sucessivas mudanças de atividades agrícolas, sobretudo no Norte Velho, Novo e Novíssimo -- fôssemos deparar com cento e trinta informantes que preenchessem integralmente tais exigências. A realidade demonstrou que cada localidade tem sua própria história e que os critérios teriam que ser flexíveis, fazendo com que nos adequássemos às circunstâncias e ao meio ambiente, a fim de não inviabilizarmos a execução do projeto.” (Vol. I, p.115).

O *questionário* aplicado, com mais de 300 perguntas, é inspirado no do Atlas de São Paulo e concentra-se nas áreas semânticas Terra e Homem, prevendo também a exposição de lendas e superstições.

AGUILERA teve a louvável preocupação de ampliar a possibilidade de uma análise comparativa dos dados do *ALPR* com os dos atlas já publicados e apresenta muitas cartas lingüísticas coincidentes com as dos atlas já publicados, sejam lexicais, sejam fonéticas, como se pode constatar a seguir:

	<i>ALPR</i>	<i>APFB</i>	<i>ALS</i>	<i>EALMG</i>	<i>ALPA</i>
ONDA DE RIO	9	16,16R	17,17RI e RII	--	--
ESTRELA CADENTE	13	2	--	22,23,55 56,57	38
ESTRELA CADENTE (ver- bos referentes a)	14	notas à carta 2	2	--	--
ARCO-ÍRIS	18,156	3,4,5,6	3,4	1,2,3	30,31 32,33
INFLORESCÊN- CIA TERMINAL DA BANANEIRA	45	32,32R	33	--	--
RÓTULA (do joelho)	75	62,62R	63	--	66,67,68
VIRAR CAMBALHOTA	88	109,109R	113,113R	27,28,29	102,103
SUTIÃ	94	68,68R	69,69R	--	51,52,53
ÚTERO	107	61	62	--	57,58
NEBLINA	151	12,12R	12,12R	11	20

e muitas outras cartas.

## 6. Atlas lingüísticos em andamento

Além dos volumes III e IV do *EALMG* e do III do *ALPA*, encontram-se em fase de elaboração os atlas regionais:

- “Atlas Lingüístico do Ceará”, elaborado sob a responsabilidade de professores da Universidade Federal do Ceará, entre eles José Rogério BESSA e José Alves FERNANDES;
- “Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul”, planejado desde o início da década de oitenta, tem como coordenador geral Walter KOCH, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com coordenações setoriais: em Santa Catarina, sob a responsabilidade de Osvaldo FURLAN, no Paraná sob a responsabilidade de José Luis MERCER; no Rio Grande do Sul também participa Mário KLASSMANN. O ALERS atende inclusive a áreas de bilingüismo nos três estados sulistas;
- “Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo”, coordenado por Pedro CARUSO, professor da UNESP-Assis. Conta já há algum tempo com a participação de Bryan HEAD;
- “Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro”, coordenado inicialmente por Celso CUNHA, conta com a participação de Sílvia BRANDÃO, Maria Emília BARCELOS DA SILVA, Edila Viana da SILVA;
- “Atlas Lingüístico do Acre”, que está sendo elaborado por uma equipe de professores da Universidade do Acre e por pesquisadores do Centro de Estudos Dialectológicos do Acre.

No momento não se tem dados atualizados sobre o andamento desses atlas, pelo que não são acrescentadas informações mais detalhadas sobre eles.

Apesar de o cerne dessa retrospectiva serem os trabalhos de geolingüística, é oportuno indicar a *Bibliografia indexada de dissertações e teses em Letras e Lingüística defendidas em universidades brasileiras, 1990 --*, organizada por Ulf Gregor BARANOW, publicada pela ANPOLL, que dá conta inclusive de

numerosa produção de teses (de Mestrado, de Doutorado e de concurso) sobre a investigação dialetal no Brasil e em diferentes regiões.

## 7. Considerações finais

Apesar das semelhanças na metodologia utilizada quando da realização dos atlas publicados e também de várias coincidências de cartas lingüísticas, o que possibilitou o confronto de alguns dados tanto lexicais quanto fonéticos, os elementos intercomparáveis estão longe do desejável, impedindo que se tenha uma visão diatópica mais globalizante do português do Brasil. Apenas o *APFB* e o *ALS* coincidem nos seus resultados, porque foram elaborados pelo mesmo grupo de pesquisadores.

Tem-se que reconhecer, sem a menor sombra de dúvida, que foi, e será sempre impossível a realização de um atlas nacional, principalmente, mas não exclusivamente, pela imensa extensão territorial do nosso país. Todavia tem-se que reconhecer também a inexistência de uma política dialetal de maior amplitude que, mesmo sem pretender a realização de um atlas nacional, se preocupasse em estabelecer um lugar-comum entre todos os atlas, capaz de garantir a integração das diferentes áreas abordadas e construir, partindo do regional, a possibilidade de conclusões a nível nacional.

Apesar de todo o interesse demonstrado pelos filólogos, desde o início da década de cinquenta, para que se desenvolvesse a geografia lingüística no Brasil e apesar da resposta positiva de alguns nas décadas subseqüentes e até os dias atuais, a Dialectologia não correspondeu à expectativa esperada.

Muitas causas extracientíficas concorreram para que isso acontecesse. Arriscam-se aqui algumas delas. As universidades brasileiras, empobrecidas há muito tempo, não têm qualquer independência para definir e concretizar as suas linhas de pesquisa; estas passaram a depender do juízo e aceitabilidade dos órgãos fomentadores de pesquisa que julgam e decidem o quê e a quem vão financiar. Qualquer projeto de dialectologia, principalmente se se tem em vista a elaboração de um atlas lingüístico, é oneroso e leva muito tempo e isso o torna quase sempre incompatível com as exigências das instituições financiadoras. As constantes interrupções e suspensões de verbas são desastrosas para os trabalhos de menor duração, sobretudo para aqueles

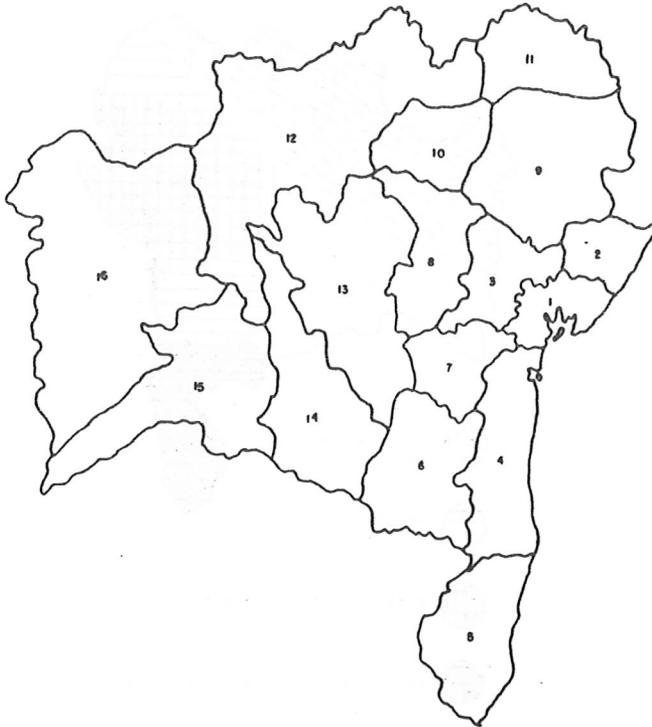
que dependem muito tempo. Além disso, os antigos órgãos oficiais que subvencionavam a publicação de obras científicas, especialmente os da área da linguagem, ou desapareceram, o que é uma lástima, ou mudaram de diretriz, interessando-se quase que exclusivamente pela editoração de textos didáticos. É menos oneroso e mais lucrativo. Essas são algumas das causas extracientíficas de não ter tido a geolinguística o crescimento merecido. Se se pensar também a respeito do interesse científico do momento atual, vale salientar o desenvolvimento de outros ramos de análise da linguagem que têm muita afinidade com a dialectologia, como, por exemplo, a sociolinguística.

A tradição da Dialectologia levou-a a concentrar o seu interesse na distribuição diatópica dos fatos lingüísticos e a se fixar no grupo social das áreas rurais, ou seja, nos iletrados ou pouco letrados. Certamente essa perspectiva limitada imprimiu à Dialectologia um caráter de pouca atualização. Se se entende como procedente essa reflexão, será necessário -- o que parece que já está sendo feito em alguns atlas em andamento -- redimensionar a metodologia a ser aplicada, diversificando a sua abordagem, que passa a ser não apenas diatópica mas diastrática e até diafásica ou geracional. O caráter mais amplo que se deve imprimir à dialectologia garantirá, certamente, a atualidade e assegurará a importância de se expandirem os estudos dialetais. É o que esperamos todos nós.

## ANEXOS

## ANEXO I

## ZONAS FISIAGRÁFICAS

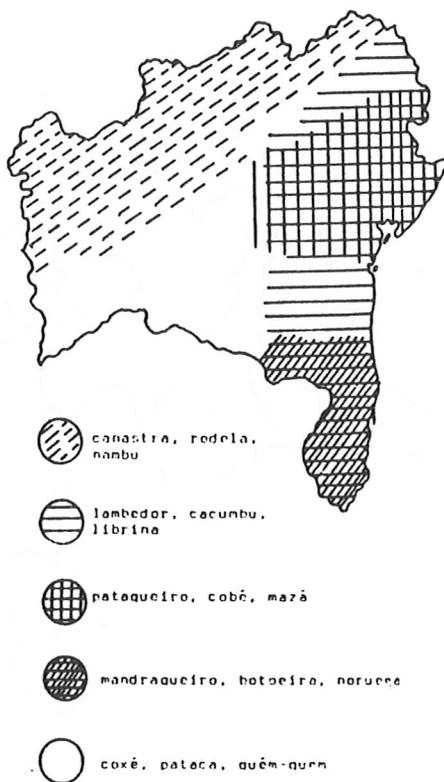


1. Recôncavo; 2. Litoral Norte; 3. Feira de Santana; 4. Cacau; 5. Extremo Sul; 6. Vitória da Conquista; 7. Jequié; 8. Esconsta da Chapada Diamantina; 9. Nordeste; 10. Senhor do Bonfim; 11. Sertão do São Francisco; 12. Baixo Médio do São Francisco; 13. Chapada Diamantina; 14. Serra Geral; 15. Médio São Francisco; 16. Barreiras.

## ANEXO II

## ÁREAS DE MAIOR COINCIDÊNCIA LEXICAL

APFB



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, V. de A. (1987) *Aspectos lingüísticos da fala londrinense: esboço de um atlas lingüístico de Londrina*. Londrina: CONCITEC/UEL/Prefeitura Municipal de Londrina, 2 vol.
- \_\_\_\_\_. (1990). *Atlas lingüístico do Paraná*. São Paulo: Assis.
- ARAGÃO, M. S. da S. & C. B. MENEZES (1984) *Atlas lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq.
- CARDOSO, S. (1992) "Caminhos e perspectivas da Dialectologia e da Sociolingüística no Brasil". Apresentado no Seminário Nacional sobre a Diversidade Lingüística e o Ensino da Língua Materna. Salvador/UFBA. Cópia mimeografada.
- \_\_\_\_\_. (1993) No caminho de áreas dialetais brasileiras: [tš] no decurso it. *Boletim ABRALIN*, 14, p.301-312.
- \_\_\_\_\_. (1986) "Tinha Nascentes razão? (Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil)". *Estudos*. Lingüísticos e Literários, 5. Instituto de Letras/UFBA, p.47-59.
- FERREIRA, C., J. MOTA, J. FREITAS, N. ANDRADE, S. CARDOSO, V. ROLLEMBERG & N. ROSSI. (1987) *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe.
- NASCENTES, A. (1958) *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa. vol II, 1961.
- \_\_\_\_\_. (1953) *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões.
- RIBEIRO, I., M.R.L. ZAGARI, I. PASSINI, I. et al. (1977) *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: MEC/Fundação Casa de Rui Barbosa/Universidade Federal de Juiz de Fora.
- ROSSI, N. (1963) *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura.
- SILVA NETO, S. da. (1957) *Guia para estudos dialectológicos*. 2ª ed. Belém.

